

**DA FUNDAÇÃO AO DESMEMBRAMENTO:
INFLUÊNCIAS E DISPUTAS NO SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE BARREIROS (1954-1963)¹**

Izabel Helena Acioli Siqueira dos Santos²

Thayana de Oliveira Santos³

Resumo

Este artigo analisa como se deu a fundação do primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco - o de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em 1954 -, bem como verifica quais as influências políticas e ideológicas que atuaram no referido Sindicato nos primórdios de sua existência. Discute ainda, como se deu a atuação deste órgão de classe durante o primeiro governo de Miguel Arraes de Alencar, em 1963, quando aumentaram as disputas pela sua direção.

Palavras-chave: Sindicato de Barreiros; disputas políticas; trabalhadores rurais

Abstract

This article analyzes the events surrounding the 1954 foundation of the first Rural Workers Union in Pernambuco, established in the municipalities of Barreiros, Rio Formoso and Serinhaém. The text establishes the political and ideological influences on the union during the early period of its existence. It also discusses the union's experiences and trajectory during governor Miguel de Alencar Arraes' first term, in 1963, when the organization's leadership was hotly disputed.

Key-words: Barreiros' Union; political disputes; rural workers

Na década de 1950, a atividade política dos trabalhadores rurais cresceu significativamente. De acordo com Luciana Jaccoud,⁴ este período foi palco de um processo crescente de manifestações vivenciadas pelas classes trabalhadoras. Apesar das dificuldades, fruto da resistência dos proprietários rurais em aceitar a organização dos trabalhadores e a ausência de uma legislação que considerasse a especificidade do trabalho no campo, uma vez que a Consolidação das Leis Trabalhistas fora feita para os trabalhadores urbanos, a década de 1950 é um período fértil de mobilizações,

¹ O presente artigo resulta das monografias de conclusão de Curso de Bacharelado em História da UFPE, ambas sob orientação da Professora Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista CNPq. E-mail: izabelsanttos@gmail.com

³ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista CNPq. E-mail: thyanasanttos@gmail.com

⁴ JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

congressos e conferências de camponeses em que foi deliberada a fundação de sindicatos.

Em 1954, ocorreu a II Conferência Nacional de Lavradores, em São Paulo, onde foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A partir da consolidação das Ligas Camponesas fundada em 1955 no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, tratou-se de fundar mais Ligas em outras localidades. Segundo Jaccoud, o Congresso Camponês realizado em Recife, naquele mesmo ano, presidido por Josué de Castro, deputado e geógrafo, que trouxe a Recife 3.000 camponeses, tornou-se um “*marco para o movimento camponês do Estado*”, pois foi a primeira vez que as ruas do Recife se abriram para os camponeses, o que marca a presença dos mesmos no cenário político estadual.

A ausência de legislação específica para os trabalhadores rurais não impediu que esses comesçassem a questionar as condições a que estavam submetidos, almejassem melhores condições de vida e trabalho e que, para isso, fossem percebendo a importância e necessidade de estarem organizados para dirimir seus problemas. Não estavam, portanto, à margem dos acontecimentos e da crescente mobilização popular.

O Nordeste brasileiro sente a influência do nacional-desenvolvimentismo e do populismo,⁵ sobretudo no campo ideológico e na atuação das forças políticas.⁶ Porém, enquanto mudanças políticas vão acontecendo e uma maior participação das classes trabalhadoras vai se desenhando, melhorias reais nas condições de vida dos trabalhadores ainda são pouco perceptíveis.

Em Pernambuco, na Região da Zona da Mata, essas benfeitorias do Estado não chegam. A precariedade das moradias e a falta de saneamento básico faziam crer que “*as populações da Zona da Mata encontravam-se fora do alcance (para não dizer abandonadas) dos programas sociais estatais que foram estabelecidos após a Segunda*

⁵ Utilizamos o conceito de populismo no sentido proposto por Francisco Weffort. Segundo o autor, o “populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que busca conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930” (WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 61). Ver também: IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. Desde a década de 1980, contudo, o conceito está sendo revisto criticamente, havendo, inclusive, uma corrente historiográfica que propõe a substituição do termo. Sobre este debate ver: DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de. (org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁶ Ver: JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Op. Cit.

Guerra Mundial”.⁷ Na zona canavieira de Pernambuco, especificamente na Mata Sul, à proporção em que se produzia mais açúcar e se avançava na industrialização e na técnica agrícola, “o homem do campo fica mais pobre, mais necessitado, com menos direitos”.⁸

Na Zona da Mata Sul surge o primeiro sindicato de trabalhadores rurais

Inserida nesse contexto está a cidade de Barreiros, localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, cuja economia nesse período girava em torno das usinas de açúcar. A Usina Central Barreiros, uma das principais naquele setor, apresentava entre 1955-1956 grande capacidade de produção, chegando, à época, a produzir mais que as 36 usinas sergipanas.⁹ Por ser um dos pólos da produção de açúcar, a cidade de Barreiros integrava uma região onde as relações de trabalho por si só eram conflitantes. Entretanto, isto não impediu que a cidade desse à luz ao primeiro órgão classista de Pernambuco na categoria dos trabalhadores rurais. Assim, em 18 de junho de 1954,¹⁰ é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém.

De acordo com Amaro Francisco da Silva Biá, ex-Presidente, hoje tesoureiro do Sindicato de Barreiros, em 1954 já se falava na criação da entidade. Ele lembra que na cidade, havia o Deputado Estadual Miguel Mendonça de Melo, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e que, ao levar um grupo de trabalhadores para participar de uma capacitação no Rio de Janeiro:

Esses trabalhador voltando no mês de maio, aí começaram se mobilizarem para a criação do Sindicato. O Sindicato foi criado com o nome Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira e ia, sua base de extensão ia de Ipojuca a Maragogi em Alagoas, com a sede aqui no município de Barreiros. E desta vez no dia 4 de junho de 54 o Sindicato foi fundado. O primeiro Sindicato do Nordeste, o terceiro do Brasil, na categoria de trabalhadores rurais, e eu fui associado nessa data, de quatro de junho de cinquenta e quatro.¹¹

⁷ DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2007, p. 89.

⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste:** Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005, p. 130.

⁹ Idem, p. 116.

¹⁰ Fundo DOPS, Prontuário Funcional nº 28.857. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

¹¹ Entrevista realizada com Amaro Francisco da Silva Biá, à época Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, na sede do referido Sindicato, na cidade de Barreiros, em 12 de junho de 2010. Observamos uma contradição entre a data de fundação mencionada pelo entrevistado e a data verificada na documentação pesquisada na DOPS. Optamos em trabalhar com a data documentada, por compreender que a memória pode produzir imprecisões e lapsos naturais do ato de lembrar e esquecer. Ver: FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2006.

A luta que culminou com a fundação do sindicato rural, iniciou-se em virtude do descumprimento, por parte dos senhores de engenho, da carga horária de trabalho dos trabalhadores. Miguel Mendonça, insatisfeito com a situação, enviou um telegrama ao Ministro do Trabalho, posteriormente um representante do Ministério foi à Usina e teria obrigado os patrões a cumprirem a carga horária. Em virtude de sua atuação, Miguel foi bastante perseguido na Cidade. Mas, ao mesmo tempo, tinha reconhecida influência e capacidade de articulação política, como demonstra Socorro Mendonça, sua viúva, ao afirmar que ele “*tinha muita ligação com Getúlio Vargas*”¹² sendo este, inclusive, padrinho do seu primeiro filho.

PTB, PCB e as influências na fundação do Sindicato

Apesar de Amaro Biá indicar a ação do PTB - partido criado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas - na fundação do Sindicato, a historiografia aponta a influência comunista na fundação do mesmo.¹³ Biá também diz que a fundação do órgão de classe, inicialmente, contou com o apoio dos donos de engenho da região, que cederam carros e caminhões para deslocar os trabalhadores para a assembleia de fundação. Entretanto, a partir do momento em que os trabalhadores começaram a formular suas pautas de reivindicação, tendo a luta pelo salário mínimo como principal bandeira, os patrões retiraram o apoio e exigiram o fechamento do Sindicato.

Sobre Miguel Mendonça, apontado como o “mentor intelectual” da fundação do sindicato, verificamos que este foi Deputado Estadual entre 1951-1955 – período em que o Sindicato foi fundado - e Prefeito da Cidade de Barreiros entre 1955-1959 – quando o Sindicato obteve o reconhecimento oficial. Segundo Socorro Mendonça, enquanto trabalhava no barracão do engenho, ele escutava as histórias de injustiças sofridas pelos trabalhadores e tentava ajudar da maneira que podia.

Embora Amaro Biá indique a atuação de Miguel e do PTB como primordial para a fundação do Sindicato, o mesmo indica, ainda, uma possível aproximação com o Partido Comunista, tendo em vista a atuação de Gregório Bezerra na região de Palmares. Porém, não conseguimos localizar, nos arquivos pesquisados, nenhum documento que aponte uma aproximação do PCB junto ao Sindicato de Barreiros no

¹² Entrevista realizada com Socorro Mendonça, na sede da Fundação Miguel Mendonça, na cidade de Barreiros, em 26 de fevereiro de 2011.

¹³ Ver JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Op. Cit., p. 25.

período de sua fundação. Embora no campo político já existisse aproximação entre os dois partidos, uma vez que posto na ilegalidade em 1947, durante o Governo do General Dutra, o PCB buscou refúgio no PTB para lançar candidatos comunistas. Em 1955, por exemplo, Clodomir Moraes, militante do PCB e um dos dirigentes das Ligas Camponesas, foi eleito Deputado Estadual pela legenda trabalhista.

Em entrevista concedida ao pesquisador Luiz Flávio Carvalho Costa, Lyndolpho Silva - ex-militante do PCB, um dos coordenadores da I Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CNTA), e da II Conferência de onde surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) – afirma que:

[...] 1953/1954 nós descobrimos que havia um Decreto-Lei de Getúlio Vargas de 1944, o de nº 7.038, regulamentado pela Portaria 14. Esse decreto permitia a organização de sindicatos de patrões e trabalhadores rurais. Só a partir de 1954 é que começamos a tentar aplicar esse decreto. Levantamos a história de sua aplicação que era quase nada. Descobrimos a existência de uns quatro ou cinco sindicatos formados em todo o território nacional; alguns conseguimos comprovar, um deles era o de Tubarão (SC). Começamos então a trabalhar com as duas formas de organização. No fim dos anos 50 nós tínhamos formado quase cinquenta sindicatos de trabalhadores rurais, mas **dos sindicatos que estavam sob a nossa influência não havia nenhum reconhecido pelo Ministério do Trabalho**. A alegação era de que não havia enquadramento sindical.¹⁴

Com a afirmação de Lyndolpho de que só a partir de 1953/1954 o Partido Comunista toma conhecimento do Decreto-Lei assinado por Getúlio Vargas e que, dos sindicatos que estavam sob a influência do PCB, nenhum havia obtido o reconhecimento do Ministério do Trabalho, até 1960, entendemos que não houve participação direta do PCB para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, fundado em junho de 1954. Pois, de acordo com Lyndolpho, em um manuscrito de seu próprio punho:

A pressão dos fazendeiros e demais forças reacionárias, inclusive da chamada burguesia nacional, só permitiu que o Ministério do Trabalho reconhecesse aqueles sindicatos que de uma maneira ou de outra, tivesse sob seu controle. Assim, até 1961, foram somente reconhecidos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus – Itabuna (BA), o **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (PE)**, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tubarão (SC) e o Sindicato Rural do Rio de Janeiro (GB), que era uma mistura de patrões, pequenos proprietários e autônomos.¹⁵

¹⁴ Entrevista de Lyndolpho Silva concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa na cidade de São Paulo, no Instituto Cultural Roberto Morena, em 2 de abril de 1990. Publicada originalmente em **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho 1994: 67-88. Disponível em <http://r1.ufrj.br/cpda/als/entrevista.htm>. Acessado em 11/02/2014. Grifo nosso.

¹⁵ SILVA, Lyndolpho. Apontamentos sobre organização dos trabalhadores, s/d, 12 fls... Grifo nosso. Disponível em <http://r1.ufrj.br/cpda/als/>. Acessado em 11/02/2014.

Reconhecimento do Ministério, mesmo sob investigação

Um mês antes de o Ministério do Trabalho conceder-lhe a carta sindical, o Sindicato Rural de Barreiros foi alvo de uma investigação que visava detectar se havia influência dos comunistas na entidade. Consta no Prontuário Funcional¹⁶ do Sindicato de Barreiros Rio Formoso e Serinhaém, na DOPS, a transcrição de um ofício sem número, datado de 14 de fevereiro de 1956, “*ao Exmo. Sr. Gal. Delegado Executor do Estado de Sítio, enviando o resultado das investigações procedidas em torno das atividades do Partido Comunista no **setor rural no Estado de Pernambuco***” (grifado no original). A diligência conclui, após “*longa observação em torno dos referidos órgãos de classe*” que

ficou claramente divulgado tratar-se de entidades criadas e orientadas pelo Partido Comunista do Brasil, com o fim preconcebido de ampliar o seu campo de ação sob frentes legais, pondo em prática um dos seus maiores planos, valendo-se para isto da ingenuidade e ignorância dos trabalhadores do campo.

Este documento não é assinado. Na sequência, consta um ofício assinado pelo Secretário de Segurança Pública, o Cel, Bráulio Guimarães, datado de 13 de setembro de 1956, com o mesmo teor, acrescido apenas da informação de que os municípios onde foram realizadas as diligências eram da Zona da Mata. Mesmo após a diligência concluir que o Sindicato estava sob a orientação dos comunistas, em 01 de março de 1956 o Sindicato de Barreiros foi reconhecido através da Portaria nº. 236.868.

Após o reconhecimento do Sindicato por parte do Ministério do Trabalho, ocorre a primeira eleição que consagra Moacyr Pedro da Silva Presidente da entidade. Este era funcionário da Usina Central Barreiros, não era um trabalhador do campo. Aposentado, afastou-se do trabalho e assumiu a presidência do sindicato. O que talvez explique o apoio inicial dos usineiros para a fundação do referido órgão de classe. As informações relativas a esta eleição encontram-se no Diário Oficial da União, datado de julho de 1956, onde consta a seguinte informação:

Em reunião realizada no dia 1 do corrente, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, com a presença de grande número de associados, foram empossados nos seus respectivos cargos os membros eleitos para a diretoria daquele órgão de classe, Conselho Fiscal e Representantes no Conselho da Federação, e seus respectivos suplentes, para o biênio 1956/58 (...).¹⁷

¹⁶ Fundo DOPS, Prontuário Funcional nº 28.857 - APEJE.

¹⁷ Diário Oficial, 08/07/1956 – APEJE.

No mesmo ano em que o Sindicato de Barreiros obteve o reconhecimento, houve uma tentativa de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Carpina e São Lourenço, tendo como base o mesmo Decreto-Lei de 1944. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em Barreiros, neste caso o Ministério do Trabalho solicitou aos órgãos repressores “ações *enérgicas*” para impedir a organização dos trabalhadores. A tentativa de organização, no entanto, evidencia que, a essa altura, outros municípios da Zona da Mata pernambucana estavam organizando a fundação de sindicatos rurais. Ainda em 1956, “*deu-se a formação do Sindicato de Catende, Maraial e Palmares, com sede em Catende*”.¹⁸

Contudo, para o Ministério do Trabalho, “*o sindicato rural de Pernambuco é o de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em carta expedida em 01 de março de 1956*”, como esclarece o referido Ministério ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, o Cel. Bráulio Guimarães, em ofício datado de 08 de outubro de 1956. Um sindicato fundado com o apoio de um deputado petebista, como assim o era o Ministro do Trabalho.

Crise política em Barreiros e intervenção no Sindicato

Em 1957, em meio a uma grave crise política no Município de Barreiros, Miguel Mendonça, então Prefeito, enfrentou a oposição de Clóvis Tenório, político da União Democrática Nacional (UDN), cujos desdobramentos levam ao rompimento do Prefeito com o seu Partido, o PTB. Em fins daquele mesmo ano, o Sindicato de Barreiros sofre uma intervenção ministerial que perdura por todo o ano de 1958.

Em 21 de janeiro de 1959, o *Jornal do Commercio* traz uma matéria sobre a reabertura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, afirmando que naquela data (21/01/1959) voltou a funcionar a entidade que havia passado um ano de portas fechadas, tendo em vista a intervenção decretada pelo Ministério do Trabalho. A abertura foi possível em virtude de nova nomeação de “delegado-administrador”, feita pelo Delegado Regional do Trabalho, Haroldo Veloso Furtado, que nomeou Moacyr Pedro da Silva para a função. Este “*talvez por mera coincidência, é o presidente afastado pela intervenção*”, afirma a matéria. Tal nomeação ocorre pelo fato de o interventor nomeado inicialmente pelo Ministério não ter tomado posse “nem sequer aberto as portas da sede” (sic). Em declaração ao Jornal,

¹⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Ed. Universitária/Ed. Oito de Março, 2005, p. 40.

o ex-presidente - agora “delegado-administrador” - Moacyr Pedro, afirma que seguiu para Barreiros no dia anterior (20/01/1959) a fim de tomar as medidas necessárias para o imediato funcionamento do Sindicato, indo, inclusive, “entrar em contato com os fazendeiros e usineiros para **reiniciar o recolhimento do Imposto Sindical e demais contribuições**”.¹⁹

É provável que a intervenção no Sindicato de Barreiros tivesse sido motivada pela aproximação deste com os comunistas. Naquele período, de acordo com uma das autobiografias recolhidas pela diligência da SSP no Comitê Regional do PCB, Amaro Luiz de Carvalho, um militante do Partido Comunista, era “operário nos campos das Usinas Pumatí, Santa Inez, Catende, **Barreiros**, Santa Tereza e em outras no Estado”,²⁰ apesar de não mencionar o referido Sindicato, ou qualquer relação do militante com a entidade. No livro *“Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985”*, organizado por Ana Carneiro e Marta Ciocari, Amaro Luiz de Carvalho é tratado como “*dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros*” tendo, de acordo com as autoras, despontado como líder desta entidade “*durante as mobilizações anteriores ao golpe*”.²¹ Contudo, não localizamos, no recorte estudado, nada que ligue este militante ao referido Sindicato, a não ser sua autobiografia apreendida em diligência policial que o coloca na região.

Seja motivado pela suspeita dos comunistas no Sindicato, seja pela crise entre o PTB e aquele que tinha influência e apoio dos trabalhadores rurais, Miguel Mendonça, o fato é que o Ministério do Trabalho decidiu intervir no Sindicato e fechou suas portas durante um ano, para não correr o risco de perder o controle sobre o mesmo. O que reforça a possibilidade de ter sido aquele, em seus primeiros anos de existência, um sindicato tutelado ou, nas palavras de Anthony Pereira, “*não muito militante*”.²²

¹⁹ JC, 21/01/1959 – APEJE. Grifos nossos.

²⁰ COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco Assis. **Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Segurança Pública/Delegacia Auxiliar, 1975, p. 155. Grifos nossos.

²¹ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Movimento do Desenvolvimento Agrário, 2010, p. 53.

²² Ver: PEREIRA, Anthony. “O Declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos”. In: **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**. N. 26-2, 2008/Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife: EDUFPE, 2009, p. 180.

Os anos de 1960: breve contextualização

O início da década de 1960, no Brasil, era de crise econômica e muita tensão política. Jânio Quadros é eleito presidente da República, em uma aliança entre o Partido Democrata Cristão (PDC) e a União Democrática Nacional (UDN), e tem como vice João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma vez que a votação à época não era em bloco, o candidato a vice era eleito em chapa separada. Era o que René Dreifuss classificou como “*involuntária coalizão governamental*”.²³

O democrata John F. Kennedy era o novo presidente dos Estados Unidos e a Revolução Cubana²⁴ sua principal dor de cabeça latina. A Guerra Fria ia esquentando. No Brasil a política de Guerra Fria ia se materializando, em princípio, como uma forte campanha anticomunista. A polarização internacional entre socialismo e capitalismo ganhava força e o Governo de Jânio Quadros decidiu jogar nos dois lados.

Mas, com sua política externa independente²⁵ com aproximações junto ao bloco socialista, Jânio Quadros acabou desagradando aos conservadores e despertando a desconfiança de militares. Diante dos resultados negativos do plano antiinflacionário impulsionando novos protestos pelo país e da perda de apoio entre seus pares, Quadros viu ruir sua popularidade e, pressionado por todos os lados, renunciou ao mandato de quase sete meses.

De acordo com a Constituição Federal (Art.79), o vice deve assumir na vacância do presidente da República. Mas, como o vice era “*o herdeiro político de Vargas*” - identificado por parte dos militares como vinculado aos comunistas e rejeitado desde que assumiu o Ministério do Trabalho, durante o último governo de Getúlio Vargas - os Ministros militares consideravam a posse de Jango como “*inaceitável por motivos de segurança nacional*”.²⁶ Passaram a articular um golpe de Estado. Mas, a rejeição a Jango não era consenso

Segundo Caio Navarro de Toledo, sem apoio para o golpe militar, articulou-se o golpe político.²⁷ Os partidos conservadores, UDN e PSD, depois de negociarem com os

²³ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁴ PADRÓS, Enrique Serra. “Capitalismo, propriedade e Estado de Bem-Estar”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* **O Século XX – o tempo das crises**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁵ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 257.

²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 40.

militares uma “solução de compromisso”, fizeram aprovar uma Emenda constitucional instituindo o regime parlamentarista. Era o que o autor denominou de “*parlamentarismo forjado a toque de clarim e em ritmo marcial*”. João Goulart assumiu a presidência, mas sem adquirir plenos poderes, passou a dividir a função com um Conselho de Ministros ou Gabinete Parlamentar.

Só em 1963, ao derrotar o Parlamentarismo em um plebiscito, é que Goulart assumiu plenamente a Presidência da República. Naquele mesmo ano, chegou vitorioso ao Palácio do Governo de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar, com um discurso comprometido com as mudanças necessárias para melhorar a vida do povo.

Em meio a esse tenso ambiente político, crescia a luta dos trabalhadores por mudanças sociais, mais fortalecidos pela efetiva participação dos trabalhadores rurais nas mobilizações, passeatas, greves e nas organizações políticas, apresentando reivindicações que iam além das questões econômicas imediatas, mas defendiam o direito à cidadania plena.

Em Pernambuco, nova configuração política no campo

Em Pernambuco, os reflexos desses acontecimentos foram fortemente sentidos, além dos efeitos da nova configuração política que ia se desenhando no campo. As Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Congresso de Belo Horizonte, em 1961, romperam a parceria que construíram desde o surgimento das Ligas, em 1955, e passaram a disputar a influência e a liderança das lutas dos trabalhadores rurais.

As Ligas, que já defendiam os direitos dos camponeses excluídos da terra, começaram também a organizar sindicatos rurais, uma vez que precisavam ampliar seu campo de atuação que passava a ser disputado também pela Igreja Católica, além do PCB. Contudo, a partir de 1963, as Ligas sofreram forte crise interna e perderam “a hegemonia do movimento no campo”.²⁸ O PCB enfrenta rejeição interna à sua orientação moderada, resultando na saída de militantes que acabam fundando o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A Igreja Católica iniciou a organização de sindicatos rurais com o propósito de se contrapor à influência das Ligas Camponesas e do PCB, oferecendo uma linha política mais moderada, ante a proposta de reforma agrária radical das Ligas e da

²⁸ AZEVEDO, Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p 78.

ideologia comunista.²⁹ Fazendo, assim, um contraponto à radicalização dos discursos e das ações, cria o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), em 1961, e começa a organizar sindicatos na Mata Norte e Agreste, com destacada atuação dos padres Paulo Crespo (Jaboatão) e Antonio Melo (Cabo). A partir do trabalho da Igreja naqueles sindicatos, é fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP), em 1962, com reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, no mesmo ano.

Havia, ainda, uma dissidência interna também na Igreja e uma ala mais progressista foi criada, a Ação Popular (AP). Além destas organizações, oriundo de São Paulo e sob influência do trotskismo, surge na Mata Norte de Pernambuco o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T), com uma proposta de radicalização da luta de classes para a eclosão imediata da revolução socialista, fazendo oposição frontal ao que considerava populismo, reformismo e criticando as ações moderadas das demais organizações.³⁰

Em 1962, o Ministério do Trabalho aprovou a regulamentação da sindicalização rural, com a Portaria 355-A de 20 de novembro. Esta foi uma importante contribuição para a crescente organização dos trabalhadores rurais na luta por direitos. Pois, como já vimos, até então não havia legislação específica para a organização sindical no campo.

O Sindicato na década de 1960: desmembramento, influências e disputas

Como uma exceção à regra, já atuava na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, há nove anos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, devidamente reconhecido pelo Ministério do Trabalho desde 1956, como vimos anteriormente. E naquele ano de 1962, começa a ser desmembrado. Até aquela data, o Sindicato representava os trabalhadores rurais concentrados em uma área de atuação que abrangia as usinas: Central Barreiros e Una, (em Barreiros), Santo André e Cucaú (em Rio Formoso) e Trapiche (em Serinhaém). Com a regulamentação, é fundado o Sindicato de Rio Formoso, em 1962 e, em 1963, o de Serinhaém. A Carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho para esses dois novos sindicatos é

²⁹ Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit.

³⁰ Ver: SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise (1955-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982 & GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias**: o trotskismo no campo em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária, 2013.

assinada em 1965.³¹ As disputas políticas que ocorrem para o controle desses três sindicatos acabam contribuindo para aumentar as tensões no campo.

Já nos anos de 1960, durante a gestão de Moacyr Pedro da Silva, o Sindicato filiou-se a FTRP, como comprova a nota “*Aos camponeses e ao povo em geral*”, publicada no Diário de Pernambuco³² em nome da Federação e assinada por Manoel Gonçalves Ferreira, seu Presidente, e por mais doze presidentes de sindicatos rurais, entre eles, Moacyr Pedro da Silva, Presidente do STR de Barreiros.

Tal vinculação colocava o Sindicato no foco da disputa entre as principais forças políticas presentes naquela parte da região. De acordo com Fernando Azevedo, as Ligas Camponesas passaram a ter o controle do Sindicato de Rio Formoso e, conforme aponta Joseph Page, elas também dirigiam o Sindicato de Serinhaém, a partir de 1963.³³ Além disso, muito próximo dali, em Palmares, estava na direção do Sindicato Rural, o PCB. A atuação dessas forças desembocou na luta pelo controle do Sindicato de Barreiros e resultou em graves conflitos com consequências políticas que repercutem no Governo Arraes.

O Governo e a atenção ao campo: diálogo e a polêmica Tabela de Tarefas

Miguel Arraes assumiu o Governo de Pernambuco em um momento de muita violência no campo, com perseguições, ameaças e até assassinatos de trabalhadores rurais por cobrarem dos patrões seus direitos trabalhistas. Esse é o caso da Usina Estreliana quando, dias antes da posse de Arraes, trabalhadores foram recebidos à bala ao questionarem o usineiro e também deputado do PTB, José Lopes de Siqueira Santos, pelo pagamento do 13º salário. Cinco trabalhadores foram assassinados, outros três ficaram feridos e o usineiro-deputado nada sofreu.

O 13º salário, ou a Gratificação de Natal, foi sancionada pelo presidente João Goulart e animou os trabalhadores com a possibilidade de melhoria salarial. Mas, não causou o mesmo efeito nos patrões. O jornal *Diário de Pernambuco*, durante os meses de janeiro e fevereiro de 1963, noticiou, com reportagens e notas assinadas por sindicatos de trabalhadores, denúncias do não pagamento do 13º. Da mesma forma, notas assinadas pelos órgãos patronais reclamavam a necessidade do Governo Federal,

³¹ Dados coletados com a diretoria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso e Serinhaém.

³² Diário de Pernambuco, 06/02/1963 - APEJE

³³ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Record, 1989.

que criou a Lei, criar as condições para que ela fosse cumprida, alegando dificuldades financeiras para assumir tal despesa.

Ao Governador, apresentava-se a urgência em dar atenção especial ao campo, já em seus primeiros dias no exercício do Poder. O encaminhamento feito por Miguel Arraes para resolver os problemas, deixava clara uma nova concepção política de governar. Arraes decidiu fazer cumprir as leis trabalhistas, sobretudo o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em março daquele mesmo ano, negociando e regulamentando direitos que até então não chegavam ao trabalhador. Para isso, o Governo fortaleceu a Secretaria Assistente, buscando garantir um canal de entendimento entre as entidades sindicais e o patronato, tentando dirimir os problemas.

Apesar de toda tensão no campo, a disposição do Governador Arraes em promover o diálogo levou à mesa de negociação trabalhadores e patrões, através de suas representações sindicais. Das primeiras rodadas de negociação resultou uma proposta de Tabela das Tarefas do Campo visando contribuir para a regulamentação das tarefas e da jornada de trabalho diárias. Mas, sem esperar que a proposta passasse pelo crivo dos trabalhadores, que seriam consultados em assembleias, o patronato apressou-se em aplicar aquela proposta de Tabela de acordo com o seu entendimento.

Parte dos sindicatos de trabalhadores e Ligas acusavam os patrões de não observarem variações na Tabela e discordavam da proposta apresentada como acordada na mesa de negociação. A classe patronal aproveitava para implantar a discórdia entre os trabalhadores e seus sindicatos, alegando que esses tinham concordado. A reação foi imediata: novas greves foram deflagradas e uma animosidade surgiu entre as entidades sindicais e os trabalhadores insatisfeitos, atizados pela classe patronal que, sabiamente jogava uns contra os outros. E, ainda, tentava associar a recusa da Tabela pelos trabalhadores como uma oposição ao Governo, visto que este foi o mediador da proposta.

Questionamentos quanto à aprovação da Tabela causaram tensões entre as organizações sindicais. A FTRP foi questionada por ter participado de reunião em que só estavam representantes dos patrões, sem o Governo e mais nenhuma representação dos trabalhadores, além de ter publicado um manifesto nos jornais em que condicionava o aumento salarial ao reajuste no preço do açúcar, conforme queriam os patrões e, por

ter lançado uma nota, durante a campanha pelo salário mínimo “*onde fazia apelo conjunto ao pleito dos proprietários*”.³⁴

Eclodem os conflitos no Sindicato de Barreiros

Os desdobramentos dessa polêmica atingem em cheio o Sindicato de Barreiros. As disputas por sua direção se acirraram ao mesmo tempo em que ocorreu a rejeição dos trabalhadores em cumprir a proposta da Tabela. Eclodiram greves e conflitos violentos, com prisões e morte, que foram fartamente utilizados pela oposição e a imprensa para tentar desestabilizar o Governo Arraes.

No início de julho, o jornal *Última Hora - Nordeste* noticiou que Moacyr Pedro da Silva foi destituído da presidência do Sindicato de Barreiros, em uma assembleia com cinco mil trabalhadores, acusado de ser “pelego” e de concordar com a Tabela. O periódico informava ainda que esses trabalhadores tinham sido mobilizados pelas Ligas Camponesas e que uma Junta Governativa foi composta por José Domingues, Júlio Santana e Manoel Tito.³⁵

Segundo Júlio Barros, a Secretaria de Segurança Pública “convidou” Júlio Santana a prestar esclarecimentos, “cedendo às pressões patronais”.³⁶ Seus esclarecimentos estão em um “termo de declaração” prestado por Júlio Santana, em 11 de agosto de 1963, à SSP, constante em seu prontuário na DOPS,³⁷ onde o mesmo informou que “*representou junto à Delegacia Regional do Trabalho contra irregularidades constatadas na eleição de Moacyr Pedro da Silva, para presidente do referido sindicato*”. O que teria agravado a divergência entre Júlio Santana e Moacyr Pedro. Ainda conforme o documento, a escolha de Júlio para presidir a Junta Governativa deu-se pela representação que fez à DRT e pela sua atuação na região.

Na historiografia que aborda esse tema, a análise desses conflitos em Barreiros e suas motivações apontam para a destituição de Moacyr da presidência do Sindicato por irregularidades em sua eleição.³⁸ Não obstante, identificamos que a rejeição à proposta de Tabela dos patrões também foi um forte motivador para a contestação quanto à autoridade de Moacyr à frente do Sindicato, visto que este havia se vinculado à FTRP

³⁴ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado em História UFPE. Recife: 2013.

³⁵ Jornal *Última Hora* – Edição Nordeste, 22/07/1963

³⁶ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Op. Cit., p. 196.

³⁷ Prontuário nº 20.398 – DOPS/APEJE

³⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit.

que, naquele momento, também era questionada pelos trabalhadores. Acreditamos, portanto, que a soma de todos esses fatores contribuiu para a sua destituição.

Deposto o presidente, há uma mudança na condução das lutas pelo Sindicato. Greves são deflagradas contra a Tabela. A Usina Cucaú, em Rio Formoso, encaminhou ofício ao governo informando que “seus trabalhadores não estavam de acordo com a Proposta da Tabela de Tarefa. Desse modo, procedeu à empresa estabelecer o trabalho por hora”. A proposta foi recusada e a greve deflagrada.³⁹

No bojo desse processo, Júlio Santana, que antes atuava no Sindicato de Serinhaém como membro das Ligas, rompe com esta. A partir daí, o Sindicato volta a usar o nome de antes do desmembramento: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém⁴⁰ e, enquanto Junta Governativa, passa a atuar na base de extensão dos três Sindicatos. Resultando em confrontos também com as Ligas, em Serinhaém.⁴¹ Há, inclusive, uma nota publicada no *Diário de Pernambuco*⁴² em nome do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, assinada por Júlio Santana como presidente da Junta Governativa, convocando uma assembléia extraordinária.

As disputas pelo Sindicato resultaram muitas vezes, em enfrentamentos violentos. Não bastasse a violência impetrada pelo patronato no campo, ainda era preciso lidar com a radicalização de ações entre as próprias lideranças dos trabalhadores. Havia muito trabalho para a Secretaria Assistente do Governo, que também não tinha interesse na radicalização das ações no campo. Os conflitos eram acompanhados pela imprensa e ganhavam grande espaço nas páginas dos jornais. A Secretaria de Segurança Pública enviou reforço policial para as três cidades.⁴³

Prisões e outra intervenção para manter o Sindicato sob controle

Em 30 de agosto, foi expedido um mandado judicial restituindo Moacyr à presidência do Sindicato.⁴⁴ Júlio Santana partiu para medidas extremas: ocupou a sede da entidade⁴⁵ decidido a impedir que lhe tirassem o comando. E não fez isso sozinho. Os

³⁹ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Op. cit., p. 172.

⁴⁰ UH-NE, 04/10/1963 – APEJE.

⁴¹ UH-NE, 09/10/1963 – APEJE.

⁴² DP, 04/10/1963 – APEJE.

⁴³ DP, 21/07/1963 – APEJE.

⁴⁴ DP, 30/08/1963 – APEJE.

⁴⁵ DP, 03/09/1963 – APEJE.

registros dos jornais indicavam um contingente de centenas de trabalhadores apoiando-lhe na resistência. Mas, Santana foi destituído da Junta Governativa⁴⁶ por uma assembleia, segundo o Jornal, com oito mil trabalhadores, sob acusação “de não ter moralizado o sindicato”.

A reação foi ainda mais radical. Ocorreram conflitos na sede do Sindicato. Em um deles, Júlio participou recusando-se a entregar a entidade. Em outro, após a sua prisão, trabalhadores prenderam o motorista do tenente que o havia detido. A polícia reagiu. Nos dois confrontos houve tiroteio, feridos e prisões. No último, foi preso Antonio Joaquim de Medeiros, conhecido por Chapéu de Couro e João Zeferino da Silva, o Joca.⁴⁷

A classe patronal fez forte pressão para que providências fossem tomadas, acabasse a “agitação no campo” e a “paz” voltasse a reinar. Notas nos jornais, ofícios enviados à SSP e ao IV Exército, críticas cada vez mais duras pela “ausência da polícia no campo”. Políticos opositores a Arraes também fizeram coro, culpando-o pela “baderna”,⁴⁸ como disse o então Prefeito de Barreiros, Clóvis Tenório (UDN).

Uma semana depois da assembleia que o destituiu da Junta Governativa, Júlio Santana foi preso, enquadrado na Lei de Segurança Nacional e em crimes de outras tipificações, conforme revela seu prontuário na DOPS. Os jornais noticiaram a prisão e, depois, registraram que a paz havia voltado ao campo. Na Casa de Detenção do Recife, Santana⁴⁹ continuou sendo uma dor de cabeça para os patrões e o Governo, porque a luta no campo não cessou e havia indícios de sua influência.

Em Barreiros, o Sindicato sofreu intervenção da Delegacia Regional do Trabalho e sua direção é assumida por um representante do Sindicato de Palmares, ligado ao PCB.⁵⁰ Uma Delegacia Assistente foi deslocada para a Cidade abrangendo, também, Rio Formoso e Serinhaém. De acordo com Júlio Barros, depois de sete greves em um curto espaço de tempo, justificava aquela representação da Secretaria Assistente de Arraes para as três cidades.

⁴⁶ UH-N – 05/10-1963 – APEJE.

⁴⁷ Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. cit.

⁴⁸ DP, 05/10/1963 - APEJE

⁴⁹ Não é nosso objetivo neste trabalho, analisar a personalidade e o papel que cumpriu Santana nestes episódios no Sindicato, contudo, interessa-nos aprofundar a pesquisa sobre essa personagem histórica, sua atuação no Sindicato, sua relação com Francisco Julião, com as usinas da Região e o Governo Arraes.

⁵⁰ UH-NE, 13/10/1963 - APEJE

Apesar de todos esses problemas, os trabalhadores, muito mais politizados, já não se intimidavam tão facilmente e a luta por direitos ia sendo cada vez mais fortalecida. O vitorioso Acordo do Campo,⁵¹ articulado pelo Governador Arraes, só foi possível pela grande mobilização unificada dos trabalhadores que possibilitou uma greve geral que parou o campo em novembro de 1963, garantindo a ratificação da Tabela de Tarefas no Campo e uma melhoria significativa no salário do trabalhador rural. E assim, sob forte impacto dessas lutas e conquistas, chega ao fim o ano de 1963, cujos momentos de efervescência política fizeram dias parecerem anos.

Considerações finais

Buscamos fazer uma abordagem no campo da História Social, mais precisamente da História Social do Trabalho,⁵² a partir de uma perspectiva em que a história desses trabalhadores rurais e seu Sindicato, bem como as influências e disputas ocorridas no seio dele, para serem bem compreendidas, devem estar inseridas em um contexto mais amplo e geral, sem individualizar nem fragmentar, mas procurando relacioná-las com outros aspectos da realidade.

Como resultado desse trabalho, consideramos que diferente da historiografia que aponta influência comunista na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, este, desde o seu nascimento, esteve sob a tutela do Ministério do Trabalho, tendo sido fundado a partir da influência política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na pessoa do Deputado Estadual Miguel Mendonça de Melo, como sugerem, em entrevista, Amaro Biá – diretor do Sindicato – e Socorro Mendonça – viúva de Miguel Mendonça.

Contudo, não refutamos a possibilidade de após a fundação, ter havido uma aproximação entre o PCB e o Sindicato de Barreiros, uma vez que a intervenção no referido Sindicato ocorre após o Partido Comunista iniciar seu trabalho no campo, inclusive após serem fundados sindicatos rurais sob a influência dos comunistas. Ademais, cabe lembrar o relatório produzido pela Delegacia Auxiliar, informando sobre a atividade do Partido Comunista junto aos trabalhadores rurais e a posterior intervenção ministerial no Sindicato de Barreiros.

⁵¹ Ver: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. cit.

⁵² CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Se for possível definir o Sindicato de Barreiros como pouco “*militante*”, como sugere Anthony Pereira, nos primeiros anos de sua existência, sua atuação nos anos iniciais da década de 1960, nas manifestações e greves e as disputas por sua direção política colocam aquele órgão de classe dos trabalhadores rurais no foco dos acontecimentos que faziam fervilhar o campo em Pernambuco.

Consideramos ainda que as motivações para os confrontos no Sindicato de Barreiros, não eram apenas por rejeição à Proposta de Tabela de Tarefas ou tão somente problema como a lisura do processo eleitoral encabeçado por Moacyr Pedro. As motivações refletem os efeitos do contexto político daqueles anos de 1960, os efeitos das ações no campo no curto primeiro Governo Arraes.

Percebendo fortes características políticas e ideológicas, observamos que os conflitos que eclodem pela direção do Sindicato estão associados à crise nas Ligas Camponesas e às suas “*dissensões internas*”.⁵³ Além da disputa entre as demais forças políticas pelo controle da região, o que colocava o Sindicato no olho do furacão da luta no campo em Pernambuco.

Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Ed. Universitária/Ed. Oito de Março, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

AZEVEDO, Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2013.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo**: Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Movimento do Desenvolvimento Agrário, 2010.

CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco Assis. **Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Segurança Pública/ Delegacia Auxiliar, 1975.

DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2007.

⁵³ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986, p-p. 38 e 39.

- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2006.
- GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco**. Recife: EDUFPE, 2013.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.
- MELO, Demian Bezerra de. (org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.
- PADRÓS, Enrique Serra. “Capitalismo, propriedade e Estado de Bem-Estar”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **O Século XX – o tempo das crises**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PEREIRA, Anthony. “O Declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos”. In: **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**. N. 26-2, 2008/Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife: EDUFPE, 2009.
- SILVA, Lyndolpho. Apontamentos sobre organização dos trabalhadores, s/d, 12 fls. <http://r1.ufrj.br/cpda/als/entrevista.htm>. Acesso em 11/02/2014.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Recebido em 12.07.2014. Aceite em 05.01.2015.